

Patrimônio e museus: desafios contemporâneos e a conjuntura de crise atual

Comitê de Patrimônio e Museus

Coordenadora: Izabela Maria Tamaso (UFG)

Vice-Coordenadora: Renata de Sá Gonçalves (UFF)

Antonio Augusto Arantes (UNICAMP)

Antonio Motta (UFPE)

Denise Schaan (UFPA)

Geraldo Andrello (UFSCAR)

Julie Cavignac (UFRN)

Mário Chagas (UNIRIO)

Patrícia Osório (UFMT)

Regina Abreu (UNIRIO)

A atual conjuntura política, social e econômica tem imposto, ao campo dos patrimônios e dos museus, desafios importantes não só no Brasil, mas no mundo todo. Visando juntar esforços para proteção e salvaguarda dos patrimônios foi proposto, pelo Departamento de Antropologia da UNICAMP, o Encontro Inter-Americano e Caribenho do Grupo de Trabalho do Patrimônio Cultural, que reuniu além de representantes deste Comitê e da ABA, representantes da American Anthropological Association (AAA), Asociación Latinoamericana de Antropología (ALA), Canadian Anthropology Society/Association Canadienne d'Anthropologie (CASCA), Colégio de Etnólogos y Antropólogos Sociales de México (CEAS), Society for American Archaeology (SAA), Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência e do Departamento de Antropologia, ambos da UNICAMP. O propósito do encontro foi o de fortalecer a teoria e prática antropológicas sobre o patrimônio cultural e criar o Forum Interamericano e Caribenho de Patrimônio Cultural. Deste encontro resultou a *Declaração sobre proteção e salvaguarda do patrimônio cultural nas Américas e no Caribe*, cuja versão em português pode ser lida [aqui](#), e cujas versões em inglês, espanhol e francês, além da versão em português, estarão em breve disponíveis no site da ABA.

O tema dos patrimônios e dos museus tem ocupado lugar de destaque em várias atividades da ABA nos últimos anos, estimulando os antropólogos seja para pesquisar e refletir sobre patrimônios e museus, seja para inventariá-los, salvaguardá-los, protegê-los, divulgá-los.

Sendo reflexo tanto de conquistas de direitos civis, a partir sobretudo da Constituição de 88, quanto das crescentes narrativas pós-coloniais, os patrimônios e museus são hoje temas que se cruzam com todos os outros temas importantes para a antropologia brasileira: povos indígenas,

quilombolas, negros, populações tradicionais, ética e direitos humanos, indicando a necessária e desejada articulação entre os comitês e comissões da ABA com este Comitê de Patrimônio e Museus.

Na conjuntura atual, no caso dos patrimônios imateriais, seja por meio de pesquisas, seja por meio de inventários e planos de salvaguarda, os antropólogos têm se deparado com inúmeros desafios. Dentre eles, destacamos o processo de revisão dos registros realizados há dez anos e que, segundo a legislação, deverão passar pela revalidação. O fato de que cada bem cultural tenha as suas especificidades, aliadas às idiosincrasias de cada agência e agentes locais de patrimônio, e ao fato de que nem sempre a equipe de pesquisadores que assume a pesquisa no processo de revalidação ser a mesma que realizou o inventário, faz com que cada caso tenha nuances bastante distintas. Não obstante, este Comitê considera oportuno que os antropólogos acompanhem estes processos.

Neste ponto, cabe ressaltar o fato de que alguns grupos portadores de patrimônios nacionais têm indicado a necessária ampliação ou extensão da referência cultural registrada. Este é o caso, por exemplo, dos Lugares Sagrados dos grupos indígenas do Alto Rio Negro, especificamente da Cachoeira de Iauaretê. O projeto "Mapeo: Cartografia e Salvaguarda dos Sítios Sagrados do Noroeste Amazônico", realizado entre Manaus e São Gabriel da Cachoeira pelo Rio Negro, adentrando o rio Uaupé, aponta para a necessidade de se reconhecer uma "rota" fluvial de lugares relevantes para todo o conjunto dos 22 povos que habitantes desta macro-região. Destaque-se neste caso, o fato de que a ampliação do registro é demanda tanto colocada no PNGATI (Plano Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas), quanto nos Planos de Gestão Territorial e Ambiental.

Em outros casos de revalidação do título de patrimônio imaterial, há a entrada de uma nova equipe no contexto da revalidação, fato que também precisa ser observado e analisado. Quais são as consequências de que uma segunda equipe realize a revalidação, considerando-se que ela pode ser desconhecadora daquela referência cultural, do contexto daquele patrimônio, das articulações entre grupos locais e da região e etc.

Importante também destacar o aumento da demanda por inventários e registros, por parte dos grupos portadores e o fato de esta demanda esteja com alguma frequência associada à proteção e garantia dos territórios de populações indígenas, quilombolas ou tradicionais, frente ao contexto atual marcado pelo crescente interesse do capital (agronegócios, minérios, hidrelétricas, etc). A demanda por reconhecimentos de grupos étnicos e raciais também impulsionou sobremaneira a pressão sobre agências de patrimônio, que não conseguem responder à demanda dado ao diminuto corpo técnico.

Observa-se que um Brasil vai sendo desenhado pelos bens inventariados e registrados, indicando o resultado de um campo de forças que necessita de maior reflexão por parte da antropologia.

Enquanto houve uma acorrída dos antropólogos para o campo do patrimônio imaterial, observamos uma diminuição do interesse por pesquisas com patrimônios materiais, cidades, edificações e monumentos. Considerando este um problema a ser sanado, este Comitê pretende estimular e apoiar pesquisas e atividades acadêmicas que reconheçam as materialidades como suportes tangíveis dos sistemas simbólicos.

Especificamente quanto aos patrimônios materiais, os desafios no Brasil têm sido, sobretudo, de três ordens:

1. relativos aos impactos causados por grandes projetos de desenvolvimento e pelos grandes eventos;
2. relativos às dificuldades, sobretudo econômicas, mas também técnicas, de conservação dos patrimônios já reconhecidos;
3. relativo às diferentes concepções do que seja patrimônio, nos mais variados estratos da sociedade civil;
4. relativo ao fato de que as obras do PAC cumprem uma agenda própria, que frequentemente desconsidera os grupos e agentes locais;

O Brasil sediou a COPA de Mundo em 2014 e sediará as Olimpíadas em 2016. O resultado das obras nas cidades sede da Copa do Mundo incidiram com impactos importantes, como destruição de moradias, remodelação de vias de acesso, destruição de bens edificados que eram referência para memória coletiva (caso do estádio de Cuiabá), ou tentativas de destruição de patrimônios culturais, como o caso do Museu do índio no Rio de Janeiro. Este Comitê objetiva mapear e disponibilizar informações relativas a estes impactos decorrentes da Copa do Mundo e àqueles referentes às Olimpíadas, caso porventura ocorram.

Se os eventos impactam mais especificamente as áreas urbanas, os grandes projetos de desenvolvimento têm causado impactos importantes em todo o restante do Brasil. Isto nos remete ao ofício dos arqueólogos e ao fato de que a arqueologia se desenvolveu, sobremaneira nos últimos dez anos no Brasil, na esteira dos projetos de desenvolvimento, que demandam estudos de impacto e medidas mitigadoras (salvamento de sítios arqueológicos e educação patrimonial). Isso impulsionou a abertura de novos cursos em nível de graduação e pós-graduação e um aumento do número de pesquisas e publicações.

Ao mesmo tempo, têm sido geradas quantidades enormes de acervos, sem o devido crescimento da capacidade das instituições em abriga-los e carentes de pessoal especializado para seu gerenciamento e divulgação. O IPHAN não expandiu, como seria de se esperar, sua capacidade de dar conta de tal demanda, e não tem feito distinção entre projetos voltados ao licenciamento e os

acadêmicos, atrasando a emissão de licenças para pesquisa. A falta de uma política estratégica clara voltada ao patrimônio arqueológico faz com que o órgão atue no sentido de “apagar incêndios”, não raro jogando nas mãos dos arqueólogos a responsabilidade por um gerenciamento tem dificuldades de realizar a contento.

No início desse ano, os arqueólogos foram surpreendidos pela publicação da IN 001/2015 do IPHAN, que agora rege os procedimentos e prazos relativos ao licenciamento ambiental. Essa normativa espera que o empreendedor forneça as informações sobre o tipo de empreendimento e a existência de bens culturais acautelados na área do empreendimento, simplificando o processo e, em muitos casos, requerendo apenas um monitoramento arqueológico. Essa normativa foi um primeiro passo do governo para a aceleração de processos de licenciamento às custas do patrimônio arqueológico. O PL 654/2015 que atualmente tramita no Congresso, dispensa a realização de estudos de impacto ambiental para obras consideradas "estratégicas" (incluindo rodovias, barragens, portos, e "exploração de recursos naturais", como mineração), propondo a emissão de uma licença única. Estas medidas, infelizmente, significam um grande retrocesso em um contexto já historicamente desfavorável à preservação do patrimônio arqueológico no Brasil.

Além disso, o PL 1119/2015, que propõe a regulamentação da profissão de arqueólogo e tem sido acompanhado pela SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira) de perto, teve neste mês de novembro a relatoria do deputado Marco Tebaldi (PSDB/SC), que apresentou um texto substitutivo, por considerar o projeto “muito restritivo”, incluindo outros profissionais sem formação específica em arqueologia e dispensando de curso superior aqueles que pretendem ser reconhecidos como arqueólogos.

Deve-se lembrar que a atuação dos arqueólogos se expandiu muito nos últimos anos, incluindo o levantamento e estudo de bens imateriais e outros bens culturais além daqueles de natureza estritamente arqueológica. As restrições e dificuldades que vêm sendo colocadas à pesquisa e à preservação arqueológicas no país, claramente em benefício do grande capital, trarão prejuízos incalculáveis à memória nacional e à produção de conhecimentos sobre povos etnicamente diferenciados e historicamente marginalizados.

No que diz respeito especificamente aos museus, vale lembrar que nos últimos 12 anos a configuração do campo museal no Brasil sofreu notável inflexão e passou por mudanças consideráveis. Essa inflexão e essas mudanças podem ser percebidas por meio da Política Nacional de Museus (lançada em maio de 2003), da criação do Sistema Brasileiro de Museus, do Cadastro Nacional de Museus (importante instrumento para alimentar pesquisas e orientar políticas), do Estatuto de Museus (Lei nº 11904/2009) e da criação do Instituto Brasileiro de Museus. Além disso,

nesse mesmo período, foram criados no âmbito da Museologia pelo menos 12 novos cursos de graduação e 04 primeiros Programas de Pós-graduação.

Na atualidade, existem mais 3200 museus e entre eles incluem-se com destaque os museus indígenas: Museu Jenipapo Kanindé (CE), Museu dos Pitaguary de Monguba (CE), Oca de Memória de Poranga (CE), Memorial Tabeba Cacique Perna de Pau (CE), Museu Ticuna (AM), Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque (AP) e outros; os museus de quilombo e de terreiros de candomblé: Museu do Quilombo do Ipiranga (PB), Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão (BA), Memorial Kisimbiê do Terreiro Mokambo (BA), Museu Ilê Ohum Lailai (BA) e outros; os museus de favela: Museu da Maré (RJ), Museu de Quilombos e Favelas Urbanas (MG), Museu de Favela (RJ), Museu de Periferia (PR) e outros; além de pontos de memória e pontos de cultura com práticas que dialogam com o campo dos museus e do patrimônio.

Essas práticas e experiências que se espalharam pelo país apontam para uma nova política de memória e de patrimônio; mas também sinalizam que estamos diante de novas performances, de poéticas bastante distintas daquelas que são vivenciadas nos museus clássicos e ortodoxos. Nessas novas práticas e experiências desenvolvem-se discursos museográficos enunciados na primeira pessoa, já não se trata de um museu que fala sobre *um outro* distante no tempo e no espaço. Trata-se de um *museu de si*, de um museu criado e mantido por aqueles que ocupam o centro de suas narrativas.

No momento, depois da referida inflexão e das citadas mudanças é possível compreender a necessidade de se continuar investindo numa política pública de memória, de patrimônio e de museu que de continuidade aos programas implementados e evite a tendência do contra-fluxo.

Por tudo isso, duas questões, entre outras, estão colocadas no cenário contemporâneo dos museus no Brasil. A primeira é que ao longo do tempo muitos museus desenvolveram práticas de captura, congelamento, aprisionamento e drenagem da potência de vida. A memória como se sabe também pode servir para tyrannizar. Como contribuir, então, para que essas novas experiências mantenham-se conectadas com a potência de vida e em devir? A segunda gira em torno de como contribuir para evitar que os avanços decorrentes de uma política pública - especialmente no que se refere à democratização do uso dos museus, da memória e do patrimônio - sejam paralisados e uma nova inflexão de sentido contrário venha a ocorrer produzindo obstáculos que afetem o pleno exercício do direito à memória e ao museu? Como contribuir para evitar que programas de políticas públicas como os Pontos de Cultura e Pontos de Memória sejam descontinuados em virtude e em nome de uma crise político-econômica?

Essas reflexões têm o objetivo de estimular o debate, compreendendo que museus e patrimônio são temas contemporâneos, de interesse para a esfera pública, de grande

transversalidade e, por isso mesmo, presentes em diversos GTs da Associação Brasileira de Antropologia.

Este Comitê tem trabalhado no sentido de criar um Observatório dos Patrimônios e Museus, ainda nesta gestão da ABA, visando reunir informações de pesquisadores das variadas instituições de ensino, pesquisa e cultura de todo o Brasil, além de pesquisadores vinculados às fundações estaduais e municipais e às organizações não governamentais, a fim de democratizar as informações relativas aos patrimônios e museus de todo o país.

Como citar esse artigo:

COMITÊ DE PATRIMÔNIOS E MUSEUS. Patrimônio e museus: desafios contemporâneos e a conjuntura de crise atual *Informativo especial da Associação Brasileira de Antropologia - Balanços parciais a partir de perspectivas antropológicas*. Fev, 2016. pp. 1-6.